

O PAPEL DAS MULHERES CATÓLICAS NA POLÍTICA BRASILEIRA - UMA TRAJETÓRIA HISTÓRICA

THE ROLE OF CATHOLIC WOMEN WITHIN BRAZILIAN POLITICS – A
HISTORICAL TRAJECTORY

EL ROL DE LAS MUJERES CATÓLICAS EN LA POLÍTICA BRASILEÑA – UNA
TRAYECTORIA HISTÓRICA

Karen Freme Duarte Sturzenegger

Doutoranda pelo Programa de pós-graduação Mestrado e Doutorado em Teologia (PPGT) – PUCPR. Bolsista CAPES. Mestre em Educação pelo programa de pós-graduação em Educação (PPGE) – PUCPR. Possui Formação Pedagógica em Filosofia pela Faculdades Claretianos. Graduanda em Ciências da Religião/UNINTER. Professora de Graduação e de Cursos de especialização pelo Centro Universitário Internacional Uninter.

RESUMO

O artigo em questão, trata da trajetória do posicionamento da mulher na história política brasileira, que se inicia, mesmo que de forma tímida, no período da Primeira República (1889 – 1930) e vai até a contemporaneidade. Para isso, o artigo discorrerá sobre o papel da mulher na sociedade, o processo de emancipação feminina, suas conquistas, desafios e trajetória no mundo ocidental e no Brasil, destacando a contribuição da Igreja católica para estimular a inserção da mulher no espaço público. A Igreja Católica tem tido participação direta e indireta, através de seus movimentos e lideranças no que tange à influência política. Tudo isso, para pleitear, sim, a necessidade de espaço público mais justo e solidário, com respeito e equanimidade, sem preconceitos e cerceamento para todos os cidadãos, mas, de forma especial, para as mulheres.

Palavras-chave: Emancipação feminina; Direito das mulheres; Espaço público e privado da mulher; Igreja católica.

ABSTRACT

The following paper deals with the trajectory of women in Brazilian political history. It begins timidly in the period of the First Republic (1889 – 1930) and goes to contemporaneity. Thus, the study will discuss the role of women in society, the process of women's emancipation, their achievements, challenges, and trajectory in the Western world and in Brazil. The article will also mention the contribution of the Catholic Church to encourage the insertion of women in public space. In addition, the Catholic Church has a direct and indirect role, through its movements and leadership, when it comes to political influence. It reflects the growing need for a fairer and more solidary space for all citizens, especially women, in a society with no prejudice and constraints, but respect and equanimity.

Keywords: Female emancipation; Women's rights; Women's public and private space; Catholic Church.

RESUMEN

El presente artículo trata la trayectoria de la posición de la mujer en la historia política brasileña, la cual inicia, aunque de forma tímida, en el período de la Primera República (1889 – 1930) y llega hasta el presente. Para eso, este trabajo examinará el rol de la mujer en la sociedad, el proceso de emancipación femenina, sus logros, retos y trayectoria en el mundo occidental y en Brasil, enfatizando la contribución de la Iglesia Católica en el impulso a la aceptación de la mujer en el espacio público. La Iglesia Católica ha tenido participación directa e indirecta, a través de sus movimientos y liderazgos, en lo que atañe a la influencia

política. Todo ello para plantear la necesidad de un espacio público más justo y solidario, caracterizado por el respeto y la ecuanimidad, sin prejuicios y restricciones para todos los ciudadanos, especialmente para las mujeres.

Palabras-clave: Emancipación femenina; Derecho de las mujeres; Espacio público y privado de la mujer; Iglesia católica.

INTRODUÇÃO

O artigo em questão trata dos primeiros passos das discussões relacionadas às temáticas de gênero e emancipação feminina e da contribuição da Igreja católica na inserção da mulher no espaço público, em especial nos espaços da representação política.

Foi realizado um levantamento de referenciais teóricos, através da pesquisa bibliográfica, qualitativa e documental, a fim de embasar a temática analisada no que se refere à trajetória feminina na política brasileira.

Azevedo (2004), comenta que, o estudo do papel da Igreja diante da política e das relações Igreja/Estado na América Latina tem sido uma constante nas Ciências Sociais, de modo particular nas áreas de História, Sociologia e Ciência Política. Sua influência tem sido direta ou indireta e sua participação é sempre ativa e constante, mesmo que em períodos com mais ou menos representantes na esfera pública.

Para a contextualização histórica feminina é imprescindível trazer à memória as situações lamentáveis em que as mulheres viveram durante séculos e séculos para terem seus direitos reconhecidos como cidadãos e pertencentes à sociedade. Que dirá o papel fundamental que as sufragistas realizaram para favorecer os direitos das mulheres!¹ É importante ressaltar que as mulheres sempre estiveram presentes na história da humanidade, seja no centro, como rainhas, princesas e imperatrizes ou à margem, como camponesas, bruxas e feiticeiras (Hahner, 1981).

No Brasil, a luta pelo voto feminino foi o principal estandarte adotado pela Federação Brasileira pelo Sufrágio Feminino – FBPF –, entidade que surgiu em agosto de 1922 e que concentrou as lutas femininas pelo voto feminino em todo o país. Silva (2015, p. 2) relata que é importante ressaltar que a FBPF não foi o único movimento feminista do período, tampouco a primeira expressão de mulheres que se reuniram por uma causa em

1. O movimento pelo sufrágio feminino foi um movimento social, político e econômico de reforma no século XIX, com o objetivo de estender o sufrágio (o direito de votar) às mulheres. Participaram do sufrágio feminino mulheres e homens, denominados sufragistas (Silva, 2015, p. 12).

comum. Porém, foi o movimento que ganhou maior expressão e reconhecimento no país, talvez por ser composto por mulheres da elite ou talvez por não ser radical. Nas palavras da principal liderança, Bertha Lutz:²

O movimento feminino é geralmente uma reforma pacífica, mas nem por isso deixa de ser uma revolução de costumes, praxes e leis. A nenhum movimento melhor se aplica o conceito de Revolução permanente, criado por um observador contemporâneo (Lutz *apud* Soihet, 2006, p. 220).

Vale lembrar que no cenário brasileiro,

As mulheres apenas puderam se matricular em estabelecimentos de ensino em 1827. O direito a cursar uma faculdade só foi adquirido cerca de 50 anos depois. Apenas em 1887 o país formaria sua primeira médica.³ As primeiras mulheres que ousaram dar esse passo rumo à sua autonomia e profissionalização foram socialmente segregadas (Buonicore, 2001, p. 1).

As mulheres que tomaram a frente desse novo movimento desbravaram espaços que até então eram exclusivos de homens e, por muitas vezes, foram estigmatizadas e colocadas à margem por solicitarem à sociedade maior espaço de expressão e de igualdade de direitos, entre homens e mulheres.

Buonicore assegura que,

O primeiro Código Civil brasileiro, aprovado em 1916, reafirmou muitas das discriminações contra a mulher. Escreveu a professora Lígia Quartim de Moraes: “Com o casamento, a mulher perdia sua capacidade civil plena. Cabia ao marido a autorização para que ela pudesse trabalhar, realizar transações financeiras e fixar residência. Além disso, o Código Civil punia severamente a mulher vista como ‘desonesta’, considerava a não virgindade da mulher como motivo de anulação do casamento [...] e permitia que a filha suspeita de ‘desonestidade’, isto é, de manter relações sexuais fora do casamento, fosse deserdada”. As mulheres casadas – ou sob o pátrio poder – eram consideradas incapazes juridicamente, como as crianças, os portadores de deficiência mental, os mendigos e os índios (Buonicore, 2009, p. 1).

Sendo assim, já no início da construção da sociedade brasileira, as mulheres foram retiradas de qualquer direito político. Buonicore (2009) ressalta que antes mesmo da Proclamação da República foi outorgada a Carta do Império (1824) e a primeira Constituição da República (1891) onde não era concedido para as mulheres o direito de

2. Bertha Maria Julia Lutz (São Paulo, 2 de agosto de 1894 – Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1976) foi uma bióloga brasileira especializada em anfíbios, pesquisadora do Museu Nacional. Foi uma das figuras mais significativas do feminismo e da educação no Brasil do século XX. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n24/n24a16.pdf>>. Acesso em: 20. mar. 2018.

3. Em 1849, a Faculdade de Medicina da Bahia passou a aceitar mulheres e, em 1887, formou a primeira médica, a gaúcha Rita Lobato Freitas, que teve coragem de enfrentar a resistência e o machismo. Disponível em <<http://www.cienciaecultura.ufba.br/agenciadenoticias/noticias/primeira-medica-saiu-da-instituicao-em-1887/>>. Acesso em: 23. abr. 2018.

votar e nem de serem votadas. Uma situação que persistiria até as primeiras décadas do século XX. Eram, portanto, consideradas cidadãs de segunda categoria.

Conforme Varikas (2003), na sociedade moderna (período em que se sai do pensamento medieval e se ingressa nas características sociais e econômicas da Revolução Industrial), os cidadãos, vale ressaltar, homens, brancos, instruídos e em sua maioria, abastados, começam a ter uma ação mais efetiva no âmbito político. Esse cenário foi recharacterizado, sem necessariamente estar sob a tutela de intervenções divinas ou religiosas, dando a esses agentes uma certa liberdade política e na vida pública para trazer novas possibilidades de pensamentos e visões de mundo, cada vez mais distantes do pensamento medieval. Entretanto, como ressaltado anteriormente, essa mudança se configurou, exclusivamente, para indivíduos do sexo masculino. As mulheres, novamente, ficaram relegadas a questões próprias da “natureza” e do “lar”; logo, incapazes de fazer política ou participar desse ambiente. Entendia-se que as mulheres não tinham as mesmas capacidades físicas e intelectuais que os homens. A influência do homem é para fora, enquanto da mulher é para dentro (Scott, 2005).

Mesmo em períodos das Revoluções Burguesas são trazidos valores de igualdade e liberdade; mas, esses valores são apregoados para homens. Vale lembrar que as Revoluções Burguesas foram movimentos sociopolíticos que se deram entre 1640 e 1850, quando uma sociedade aristocrática e nobre, formada por uma monarquia absolutista, se percebe em transformação. Essa transformação se dá pelo surgimento de uma sociedade capitalista, representada por uma nova classe, chamada de classe burguesa. Os exemplos clássicos de revoluções burguesas são a Revolução Inglesa (1640-1688) e a Revolução Francesa (1789), nas quais “os mecanismos políticos, jurídicos e ideológicos de ambas garantiam, à burguesia, o desenvolvimento das relações capitalistas de produção e o exercício da dominação social e da hegemonia política sobre os demais segmentos da sociedade contemporânea” (Sandroni, 1989, p. 275). Até mesmo no período da Revolução Francesa, que foi um período de intensa agitação política e social na França, que teve um impacto duradouro na história do país e, mais amplamente, em todo o Continente europeu, com a construção da *Declaração Universal do Homem e do Cidadão*, a igualdade de gênero é assimétrica, ou seja, ainda assim, as mulheres não eram colocadas como pessoas de referência ou valor de forma igualitária aos homens.

Bonacchi e Groppi lembram que,

É na época da Revolução Francesa que se prepara a construção concreta e não linear daquele modelo de cidadania que atravessou o Ocidente europeu nos últimos duzentos anos e do qual as mulheres permaneceram por muito tempo excluídas (Bonacchi; Groppi, 1995, p. 12).

Também Silva comenta que os ideais da Declaração não citavam as mulheres:

O indivíduo universal e livre não incluía a mulher, simplesmente porque ela não existia enquanto sujeito político. Não que ela não fosse importante. Pelo contrário, a mulher é um elemento importante para a família moderna, para o bom espírito do lar, o andamento saudável para o desenvolvimento e progresso da nação. Quando Olympe de Gouges⁴ propõe, apenas dois anos depois, a Declaração Universal dos Direitos da Mulher e da Cidadã, é incompreendida e esnobada pelos revolucionários, entre os quais Robespierre e Marat.⁵ Embora encaminhe para a Assembleia aprovar, tal qual foi feito com a Declaração do Homem, ela dedica à Rainha Maria Antonieta, esposa de Luís XVI, daí, talvez, ser considerada traidora e condenada à forca. Mesmo diante da morte, mantém sua crença na igualdade da mulher, tendo afirmado: “A mulher tem o direito de subir ao cadafalso; ela deve ter igualmente o direito de subir à tribuna”. Na declaração, levanta a crítica à “ignorância, esquecimento ou menosprezo” da mulher e de seus direitos e lança igualmente 17 artigos com foco no direito da mulher (Silva, 2013, p. 5).

Percebe-se, deste modo, que a mulher era percebida única e exclusivamente para o espaço doméstico. Não se discutia a possibilidade dela ingressar de forma atuante no cenário político. Esse pensamento permeava o Brasil, bem como os demais países do Ocidente. É a mesma mentalidade, segundo a qual seria impossível que o gênero feminino pudesse oferecer algo a mais que seu papel de mãe e esposa.

A MULHER E SUA FORMAÇÃO EDUCACIONAL NA PRIMEIRA REPÚBLICA

A Primeira República refere-se ao período entre os anos de 1889 e 1930, em que a elite cafeeira paulista e mineira se revezava no poder no Brasil. O primeiro presidente

4. Olympe de Gouges, pseudônimo de Marie Gouze (Montauban, 7 de maio de 1748 – Paris, 3 de novembro de 1793) foi uma dramaturga, ativista política, feminista e abolicionista francesa. Os escritos feministas de sua autoria alcançaram enorme audiência. Foi uma defensora da democracia e dos direitos das mulheres. Em sua obra *Declaração dos direitos da mulher e da cidadã* (em francês: *Déclaration des droits de la femme et de la citoyenne*), de setembro de 1791, opôs-se ao patriarcado da época e ao modo pelo qual a relação homem-mulher se expressava na *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, durante a Revolução Francesa. Devido a seus escritos e atitudes pioneiras, foi guilhotinada (Castro, 2007).

5. Maximilien François Marie Isidore de Robespierre (Arras, 6 de maio de 1758 – Paris, 28 de julho de 1794) foi um advogado e político francês e uma das personalidades mais importantes da Revolução Francesa. Jean-Paul Marat (Boudry, 24 de maio de 1743 – Paris, 13 de julho de 1793) foi um médico, filósofo, teorista político e cientista, mais conhecido como jornalista radical e político da Revolução Francesa (Jordan, 2013).

que, efetivamente, o Brasil teve foi Marechal Deodoro da Fonseca, que proclamou a República em 15 de novembro de 1889 e realizou seu mandato através de um governo provisório. Resultado de complexas articulações políticas, o referido sistema permitiu às elites agroexportadoras que comandavam o país naquele instante perpetuar-se no poder durante quatro décadas de nossa história (Vares, 2012).

Segundo Vares foi,

Por meio do controle da máquina eleitoral nos estados e nos municípios, viabilizado, de um lado, pelo federalismo adotado pela Constituição de 1891 e, de outro, pelo pacto político entre os estados de maior expressão, o governo impedia que vozes dissidentes ganhassem projeção e quebrassem o ritmo político e econômico imposto ao país. Embora ancorado nos pressupostos básicos do liberalismo clássico, na prática, o sistema oligárquico representou a exclusão política da maioria da população, especialmente nas regiões mais atrasadas onde o nível de informação do povo era restrito e a violência empregada pelos mandatários locais constante (2012, p. 122).

Entretanto, no período entre 1910 e 1920, o sistema político e econômico brasileiro passaria por profundas transformações, o que colocaria em risco o formato da Primeira República, também chamada República Velha. Dessa forma, “os movimentos contestatórios que eclodem nos grandes centros urbanos e no interior prenunciam as mudanças que se aproximam” (Vares, 2012, p. 122).

Nesse período, existiram grandes interesses de oligarquias que não desejavam de forma nenhuma perder seu poder. Com o fim do padroado e as mudanças sociais e políticas que estavam ocorrendo e viriam ainda a ocorrer, esses grupos abastados, principalmente o cafeeiro, realizou uma série de ações com o objetivo de estabilizar o cenário político, marcado por diferenças e conflitos políticos nos primeiros anos republicanos (Vares, 2012).

Diante desse cenário, entende-se que o impasse em torno das oligarquias de São Paulo e Minas Gerais nas eleições de 1930 tenha decretado o fim da dominação imposta por esses grupos.

No período da Primeira República, o espaço por excelência da mulher era o espaço privado, representado pelo lar. Já os homens assumiam as funções produtivas e ocupavam o espaço público. Devido à sua função reprodutiva, a educação das mulheres era, na maioria das vezes, limitada a melhor prepará-las para cuidar das atividades da casa (Menezes et al, 2009).

De acordo com Matos, na sociedade portuguesa, marcada fortemente pelo modelo patriarcal, o lema que prevaleceu em relação à educação feminina foi: “O melhor livro é a almofada e o bastidor” (Matos, 1985, p. 117). Importante ressaltar que a forma de vida que as mulheres brasileiras brancas viviam no Brasil era muito semelhante ao que as mulheres brancas viviam em Portugal. Na verdade, era mais um reflexo colonialista e herdado pelo país que o colonizava.

Menezes *et al*, 2009, relatam ainda que:

O enclausuramento doméstico era presente tanto na vida das mulheres portuguesas quanto das brasileiras. Nessas sociedades, a mulher deveria apresentar qualidades que a tornavam semelhante a uma monja: calada, sofrida, sem enfeites, sendo comum encontrar senhoras de famílias abastadas ainda analfabetas. Essa situação só começaria a se modificar com as reformas do Marquês de Pombal, permitindo que aos poucos as mulheres tivessem acesso à educação escolar (2009, p. 44).

Já Rocha Coutinho, destaca que:

Na história do nosso país, herdeiro da cultura lusa, a mulher também conquistou tardiamente o direito de escolarizar-se. Após a Independência, buscando inserir o Brasil no mundo moderno, foram surgindo escolas fundadas tanto por ordens religiosas quanto por leigos. Contudo, havia um maior número de escolas para meninos do que para meninas. Além disso, existia também uma diferenciação nos currículos: nas escolas primárias masculinas, ensinavam-se a leitura, a escrita e conhecimentos de aritmética, geografia e línguas; nas femininas, ensinavam-se as primeiras letras, gramática portuguesa e francesa, os “trabalhos de agulha”, a música, o canto e a dança (1994, p. 80).

Dessa forma, entende-se que, propositalmente, as mulheres recebiam uma educação de pouca instrução ou, no máximo, voltada para representar bem e com elegância seus lares, marido e filhos, em eventos privativos, valorizando os brasões das famílias. É a partir da Primeira Lei de Instrução Pública do Brasil, de 1827 (Brasil, 1998), que a escola começa a abrir-se para a mulher brasileira, criando escolas primárias para o sexo feminino em todo o Império. (Louro, 2001, p. 447).

Nesse sentido, Menezes *et al*. reforçam que, mesmo com esse limite na legislação, é inegável que, a partir desse momento, foram sendo criadas as condições para que a mulher avançasse nos estudos, podendo ir além do ensino primário, posto que se instituía a necessidade de formar mestras (Menezes *et al*, 2009, p. 45).

Já Schaffrath traz que,

Como naquela época, no Brasil e, também, na Europa, as aulas eram dadas em turmas separadas por sexo, foi preciso que se admitissem mulheres para lecionar nas turmas femininas; assim, foram criadas as primeiras vagas para o magistério feminino (2000, p. 4).

Dessa maneira, pouco a pouco, as mulheres começaram a ganhar espaço no âmbito educacional, principalmente, com a criação das Escolas Normais. As Escolas Normais foram instituições de formação de professores. Surgiram no Brasil, previstas pela Lei Provincial de 1835, sendo a primeira delas instalada no mesmo ano, em Niterói. A justificativa para a criação das Escolas Normais era a de que os antigos mestres-escolas, professores da época, não estavam preparados para a prática docente. Desta forma, os estabelecimentos serviriam como referência de normalização das práticas educativas, formação e instrução profissional de novos mestres além de propor, através de concursos públicos, a melhoria do preparo de pessoas consideradas aptas ao magistério. Nas Escolas Normais, as mulheres tinham formação para ser professoras do ensino primário, hoje chamado de ensino fundamental.

A INSERÇÃO DA MULHER CATÓLICA NO ESPAÇO PÚBLICO

León e Filho (2015) comentam que, a partir da década de 1930, a Igreja católica começa a efetuar ações diretas através de jornais e periódicos semanais, para estimular a inserção da mulher no espaço público, além de motivar suas intervenções no debate educacional. Isso se deu de forma bem articulada no estado do Rio Grande do Sul.

Os autores comentam que:

Por meio dos impressos, foi possível mapear uma série de iniciativas da Igreja, no sentido de ampliar sua intervenção no espaço social. Os impressos propostos como fontes para este estudo estão vinculados de forma explícita à Igreja católica e subdivididos em jornais semanais e revistas mensais ou bimestrais. Inspirados em Revel (1998), buscamos analisar os impressos valorizando as migalhas de informação, no intuito de compreender de que maneira estes detalhes podem dar acesso a lógicas sociais simbólicas, que são dos grupos ou de conjuntos muito maiores (Leon; Filho, 2015, p. 2).

León e Filho (2015) mapearam uma série de impressos católicos circulantes no Rio Grande do Sul, com circulação no período de 1830, e que tinham como objetivo formar um novo entendimento da inserção feminina no espaço político/social. Eles citam o jornal

semanal *Estrella do Sul* e a revista *Unitas*, ambos produzidos pela arquidiocese de Porto Alegre; o jornal semanal *Staffetta Rio-grandense*, produzido pela Congregação dos Capuchinhos em Caxias do Sul, vinculado à arquidiocese de Porto Alegre; o jornal semanal *A Palavra*, produzido pela diocese de Pelotas; e, finalmente, a revista *Rainha dos Apóstolos*, produzida pela Congregação dos Palotinos, que se encontrava na diocese de Santa Maria.

Os autores concluem que:

Os impressos católicos são entendidos por nós como parte de uma estratégia de intervenção da Igreja católica para conservar, construir e consolidar formas de pensar e agir. Essa ação católica se estabelece em continuidade ou ruptura com as estratégias que, nas décadas iniciais do século XX, a Igreja católica criou com o objetivo de retomar espaço no meio social. Por meio de tais estratégias, os representantes católicos estabeleceram um diálogo com os interesses do Estado e intensificaram a romanização da Igreja católica no Brasil. Nesse sentido, as informações que circulam nos impressos católicos constroem representações sobre fatos, contextos e conflitos, bem como disputam a adesão do leitor a essas representações⁶ (León; Filho, 2015, p. 3).

Se, por um lado, a Igreja católica não pode abandonar a tradição, por outro é preciso compreender que ela reinventa sua tradição pela experiência e estabelece um horizonte de expectativa em diálogo com a modernidade. “A modernidade não veio impor-se perante um mundo antigo [...] o que a define é seu caráter aberto e vinculado a uma permanente transformação” (Souza, 2007, p. 19).

León e Filho (2015) também relembram que, nesse período, a Igreja católica iniciou uma série de ações para que as mulheres tivessem voz, principalmente nas ações sociais e na manifestação explícita de apoio ao voto feminino. A Igreja católica sempre teve claro que as mulheres leigas estiveram na base das operações evangelizadoras.

Chamadas como:

Alerta! Brasileiras católicas (*Estrella do Sul*, 17/05/1931, p. 1), Unidas às Urnas (*Estrella do Sul*, 01/05/1932, p. 3), A Mulher e a política (*Estrella do Sul*, 26/06/1932, p. 1) fizeram parte do cotidiano da imprensa católica. A valorização da mulher ocorre pela valorização do gênero feminino e em alguns momentos ocorre em depreciação ao gênero masculino. “A mulher, com sua fina sensibilidade, que se apresenta, pela primeira vez nos embates eleitorais, pressentirá melhor, por certo, do que o homem, já embrutecido pelas paixões políticas, as necessidades nacionais” (*Estrella do Sul*, 01/05/1932, p. 3) (León; Filho, 2015, p. 5).

Fortalecia-se o papel da mulher na política e na sociedade brasileira. Evidentemente, muito ainda precisaria ser percorrido; entretanto, já existia uma

6. Cf. CHARTIER, R. O mundo como representação, p. 173-191.

abertura para o novo, que seria uma maior participação feminina nos espaços que até então pertenciam aos homens. Para isso, para compreendermos melhor essa trajetória feminina, traçamos o percurso da participação política feminina, num quadro mais amplo na história do Brasil.

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA FEMININA NA HISTÓRIA DO BRASIL E INTERVENÇÃO DA IGREJA CATÓLICA NO VOTO FEMININO

Além das transformações que estavam ocorrendo no Brasil, em especial no espaço educacional para as mulheres, ousou-se avançar mais no campo da política. Essas transformações não ocorriam somente no Brasil, mas em todo o mundo ocidental, de forma particular na Europa e nos Estados Unidos. Após a Revolução Francesa, o pensamento sobre os direitos dos indivíduos começou a ser discutido com maior intensidade nos meios filosóficos, e, conseqüentemente, os Estados passaram a sofrer intervenções em favor destes direitos. A sociedade passava a exigir novos conceitos de liberdade.

Além disso, com o advento da Revolução Industrial, surgem novas reivindicações por melhores condições de trabalho e sociais. Os trabalhadores começavam a exigir jornadas de trabalho mais justas, melhores salários, repouso semanal e mais espaço e direitos como cidadãos. Todavia, diante de todo esse *frenesi* na busca por mudanças políticas e sociais, muito pouco ainda se tinha conquistado no espaço feminino. O direito pelo voto ainda exigiria uma grande luta para ser conquistado.

Souza e Amorim (2014) destacam que a democracia, entendida como liberdade de participação na construção do movimento político e de cidadania, onde estão inseridos homens e mulheres num movimento dinâmico e incessante, é anseio de todos os povos na atualidade, o que só pode ser conquistado a partir da política, que promove a interlocução permanente entre os agentes sociais, possibilitando a construção da justiça social com liberdade de manifestação, de escolha e de decisão.

Outro ponto de grande relevância colocado por Souza e Amorim é que,

De acordo com Bourdieu (1999), o campo político é composto por diversas lutas simbólicas, onde seus agentes se utilizam de capitais desiguais, poderes simbólicos desiguais, os quais são fundamentais para os integrantes do campo político serem conhecidos por seus pares. O campo político é um “jogo” de disputa, onde os políticos necessitam reproduzir o aparelho e as condições necessárias para se manter no jogo. Dessa forma, as mulheres inseridas no jogo político obedecem a essa mesma lógica, atuam na busca da ampliação do

capital político e buscam trabalhar pautas que possibilitem maior visibilidade (Souza; Amorim, 2014, p. 3).

O Brasil, que tem sua história marcada pelo autoritarismo político e cultural, tem tido avanços na atualidade, onde as mulheres, pouco a pouco, têm conquistado espaços notadamente masculinos, comprovando que capacidade e competência independem de gênero, cor ou credo” (Maia, 2012, p. 11).

Souza e Amorim também citam que na opinião de Oliveira (1997, p. 11): “A mulher brasileira, que conquistava o direito de votar e ser votada tão cedo, em relação a milhões de outras pelo mundo afora, sempre relutou, todavia, em participar da atividade política”. Tal afirmativa nos remete a uma reflexão sobre o predomínio da cultura machista na sociedade ocidental, que impôs à mulher papéis sexuais claros, levando-a, durante muito tempo, a incorporá-los e, ao mesmo tempo, a afastar-se daqueles culturalmente destinados aos homens, como é o caso da política (Souza; Amorim, 2014, p. 4).

Nesse contexto histórico, o que favoreceu uma maior participação das mulheres no contexto político brasileiro foi, sem dúvida, a elaboração da primeira constituição republicana brasileira, em 1891. Por muito tempo, houve preconceitos e resistências de todo o tipo para que as mulheres ocupassem cargos públicos e pudessem contribuir na política brasileira. Essa mentalidade, de fato, não existia somente no Brasil, mas na Europa e Estados Unidos, pois se considerava que a mulher não teria condições psíquicas e emocionais para representar seus respectivos países.

No final do século XIX e início do XX, inúmeros intelectuais, além de militantes dos movimentos feministas, em especial, o movimento sufragista, citado acima, tinham como objetivo despertar a sociedade para um novo olhar, destacando que todos são cidadãos com iguais direitos e que não deve haver diferenças entre gênero ou raça.

Um dos casos mais emblemáticos e que despertou a atenção da imprensa mundial para o movimento sufragista foi da britânica Emily Davison (Blackheath, Londres, 11 de outubro de 1872 – Epsom, Surrey, 8 de junho de 1913), que, sendo membro do movimento sufragista e após inúmeras manifestações pacifistas pelo direito do voto feminino sem sucesso, optou, juntamente com o movimento de que participava, por ações violentas, que culminaram em uma ação desesperada ao lançar-se na frente de um cavalo, montado pelo rei Jorge V no *Derby Epsom Downs* (evento de corrida de cavalos), resultando em ferimentos que causaram a sua morte cerebral, formalmente declarada quatro dias

depois, mediante insistência da família para um veredito do acidente. Esse episódio culminou em manifestações por todo mundo ocidental, despertando a atenção sobre o tema e promovendo, nos anos seguintes, o voto feminino em inúmeros países europeus e nas Américas.

De fato, mesmo com as ações da Igreja católica no Rio Grande do Sul, incentivando a entrada das mulheres no espaço público, em outros Estados ainda existia um conservadorismo e uma resistência nesse quesito. O voto feminino no Brasil, que foi instituído no ano de 1932, trouxe um grande avanço para essa mudança de mentalidade.

Karawejczyk e Maia (2016) destacam que o voto feminino foi um divisor de águas, pois seus direitos foram aumentados e sua visibilidade cresceu exponencialmente. Iniciava-se um processo de ruptura com a segregação e com o preconceito explícito e velado e com a exclusão do gênero feminino nos espaços públicos.

As autoras lembram que

A intervenção católica na questão da luta pela emancipação feminina e, por conseguinte, do sufrágio feminino no Brasil pode ser identificada durante os anos iniciais da década de 1920. Especificamente sobre a questão do feminismo, a Revista *Unitas*, de Porto Alegre, publicou uma matéria, em janeiro de 1921, intitulada “Associação das Senhoras Brasileiras”, que ilustra bem essa tendência da Igreja⁷ (Karawejczyk; Maia, 2016, p. 95).

Sem dúvida, existia uma preocupação: por quais caminhos o feminismo conduziria as mulheres, ainda mais com sua inserção no mundo do trabalho. Existiam muitas dúvidas e resistência de como seria esse novo papel que a mulher começava a trilhar. Surgiu, nesse período, a Liga das Senhoras Católicas. Elas, ao mesmo tempo em que tinham atividades domésticas, se dedicavam a questões sociais.

Em um primeiro momento, a Liga das Senhoras Católicas voltava-se a minimizar os impactos da pobreza entre os mais vulneráveis. Hoje, por exemplo, na cidade de Curitiba, Paraná, reinventaram-se. Na capital, as senhoras são donas do Diagnóstico Avançado por

7. *Unitas*, n. 1, p. 34, 1921. Na época, o Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro era Dom Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti, mais conhecido como Cardeal Arcoverde. Ele foi o primeiro cardeal do Brasil e da América Latina, elevado a essa posição em 1905. Segundo a hierarquia eclesiástica, um cardeal é o representante máximo da Igreja, logo abaixo do papa, sendo o arcebispo, responsável por gerir a Província Eclesiástica, ou seja, os bispos que moram numa determinada região, tal como apresentado pelo Cardeal Paulo Evaristo Arns (1981, p. 58). A revista *Unitas* assim apresenta a Igreja brasileira em 1922: “Hoje, conta a Igreja católica, em todo o território brasileiro, cinquenta e dois Bispados, seis Prelaturas Eclesiásticas e três Prefeituras, que formam doze Províncias Eclesiásticas, tendo à sua frente como luminar da Pátria, o primeiro Cardeal brasileiro e sul-americano” (*Unitas*, n. 2/3, p. 290, 1922).

Imagem, o Dapi, serviço de saúde, cujos lucros sustentam nada menos do que seis creches, nas quais são amparadas 700 crianças. Ou seja, o papel político se faz não somente com cargos políticos, mas com cidadania e ações concretas de transformação da sociedade.

A MULHER BRASILEIRA NA ATUALIDADE

A partir de tudo que foi exposto até o momento, se adentrará sobre como se encontra a mulher latina e brasileira na contemporaneidade.

Sobre a atual situação da mulher no espaço político, Souza e Amorim trazem um panorama:

No que se refere à América Latina, as formas habituais de participação política incluíam a participação eleitoral, a participação nas assembleias políticas e no governo, participação na administração, participação em associações de diversos tipos, participação na imprensa política e de informação. No que se refere à participação indireta das mulheres na vida política implica saber sobre a influência exercida pelas personalidades femininas dentro do núcleo familiar como: bairros, aldeias e comunidades (Souza; Amorim, 2014, p. 5).

Surge assim, na América Latina, uma maior força de expressão das mulheres nos mais diversos núcleos políticos comunitários e sociais etc. No Brasil, foi através dos Movimentos Sociais e das Políticas Públicas que as mulheres conseguiram ter voz e que as suas opiniões contribuíssem de forma real nas transformações sociais e fazer com que a sociedade, até então essencialmente masculinizada, pudesse confiar em suas contribuições e começasse a compreender seu papel político-social.

Landerdahl e Roso (2013, p. 1) consideram que

A importante contribuição das mulheres nas últimas décadas, no Brasil, por meio de movimentos sociais, dentre eles as feministas, tem possibilitado avanços nos debates que tentam superar desigualdades históricas que ainda delimitam espaços e formas de manifestação desse grupo social.

Aparecem aí os movimentos das mulheres negras, movimentos e ações em combate ao feminicídio, à violência doméstica e tantas outras ações presentes no Brasil, que têm solidificado as ações das mulheres nos espaços políticos e de discussões sociais. Noremborg e Antonello (2016) afirmam que as primeiras mulheres a participar ativamente no legislativo e no executivo foram Alzira Soriano, Carlota Pereira de Queirós, Antonieta de Barros, Eunice Michiles, Esther de Figueiredo Ferraz, Roseana Sarney, Maria Pio de Abreu e Dilma Rousseff. Entretanto, apesar dos avanços realizados, ainda há muito para

avançar em relação à atuação política da mulher no âmbito político brasileiro. Esse espaço ainda é fortemente representado por homens. De fato, o que contribuirá para a mudança dessa situação será através de uma conscientização da população, compreendendo a importância da presença da feminina na política brasileira, e isso se dará, essencialmente, através do voto eleitoral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, percebe-se no cenário político brasileiro, que a participação mais ativa das mulheres, pode ser observada em época de campanhas eleitorais, quando os partidos políticos saem à “caça” de mulheres para preencherem as vagas que são destinadas a elas por conta da Lei 9.504/97, que obriga os partidos políticos a preencherem 30% das vagas com mulheres. Nos cargos políticos, apesar de termos superado o fato de nunca ter havido uma presidente mulher no Brasil – e, também em outros países da América Latina, tais como Argentina e Chile –, ainda é desigual a comparação entre mulheres e homens nos cargos executivos, legislativos e judiciários. Foi na Argentina que a primeira mulher (Isabel Martínez de Perón) ocupou pela primeira vez no mundo o cargo de presidente, embora, anteriormente, outras mulheres tenham ocupado cargos de chefes de Estado em outros países (Pena, 2017).

Ainda segundo Pena (2017), nas eleições de 2014, apenas 10% dos candidatos eleitos foi de mulheres. Embora esse número seja melhor do que o das eleições anteriores, ainda é muito baixo. Além disso, cinco estados (Alagoas, Espírito Santo, Mato Grosso, Paraíba e Sergipe) não elegeram sequer uma mulher para um dos cargos de deputado federal, e mesmo aqueles que apresentaram os melhores índices (AP e TO) somente atingiram 38% da cota destinada às mulheres.

Atualmente, o Brasil encontra-se em progressão na inserção de mulheres em cargos de relevância no âmbito político, e ainda há muito que se avançar. Entretanto, essa evolução se dá por constantes ações de sensibilização, por políticas públicas e pelo entendimento de que, para que uma sociedade seja justa, solidária e equânime, é necessário que todos os cidadãos sejam tratados de forma igualitária, sem discriminação. Nesse quesito, a Igreja católica, como papel inerente à sua missão de acolher o povo,

também possui o compromisso de lutar por mais igualdade, mais justiça e menos desigualdades entre raças, etnias, gênero e religião.

REFERÊNCIAS

ANPED. *Educação não é privilégio*. 23ª Reunião Nacional da ANPED. Anais do evento. Caxambu: ANPED. 2000. Disponível em <http://www.anped.org.br/reunioes/23/textos/0217t.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2018.

AZEVEDO, D. A Igreja Católica e seu papel político no Brasil. *Revista Estudos Avançados*. São Paulo, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v18n52/a09v1852.pdf>. Acesso em: 26 de abr.2019.

BOURDIEU, P. O Campo Político. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 5, 2011.

BUONICORE, A. As mulheres e os direitos políticos no Brasil. Campinas: Unicamp, 2001.

In: MATTOS, J.V.D. de. *A educação nacional*. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

CASTRO, F.L. de. *História do Direito Geral e do Brasil*. 5. ed. São Paulo: Lumen Juris, 2007.

CHARTIER, R. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, v. 11, n. 5, 1991.

HAHNER, J.E. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

JORDAN, D.P. *Revolutionary Career of Maximilien Robespierre*. New Yoork: Simon and Schuster, 2013.

KARAWEJCZYK, M; MAIA, T. A Igreja católica e o voto feminino no Brasil. Uma questão de poder e influência. *Revista Coisas do Gênero*, São Leopoldo, v. 2. n. 1. p. 90-104, 2016. Disponível em <<http://periodicos.est.edu.br/index.php/genero>>. Acesso em: 27 abr. 2017.

LEON, A; FILHO, L.A. *Tradição e a modernidade: A Igreja católica e a articulação de um novo espaço para as mulheres 1930/1935*. 37ª Reunião Nacional da ANPED – 04 a 08 de outubro de 2015. UFSC, Florianópolis. Disponível em <<http://www.anped.org.br/sites/default/files/trabalho-gt02-3874.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2018.

MAIA, K. Agora é que são elas! *Revista Matria*, v. 10, p. 11-14, 2012.

MENEZES, C.S. de; MACHADO, C.J. dos S.; NUNES, M.L. da S. Mulher e educação na República Velha: transitando entre o discurso histórico e o literário. *Educação Unisinos*. São Leopoldo, v. 13, n. 1, p. 43-50, 2009.

NOREMBERG, A; ANTONELLO, I. *A trajetória feminina na política brasileira*. XII Seminário Nacional de Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea. Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul, 2016.

NURIDDIN, A. HIST 1311: World Civilization. French Revolution. Disponível em <http://faculty.ucc.edu/egh-damerow/french_revolution.htm>. Acesso em: 14 out. 2017.

PENA, R. A importância da mulher na sociedade. *Brasil Escola*. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/geografia/a-importancia-da-mulher-na-sociedade.htm>>. Acesso em: 14 out. 2018.

ROCHA-COUTINHO, M.L. A mulher no Brasil. In: ROCHA-COUTINHO M.L. *Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 66-125.

SANDRONI, P. Revoluções burguesas. In: ID. *Dicionário de economia do século XXI*. 5. ed. São Paulo: Best Seller, 1989. p. 275.

SCHAFFRATH, M. dos A.S. Profissionalização do magistério feminino: uma história de emancipação e preconceitos. In: ANPED. *Educação não é privilégio*. 23ª Reunião Anual da ANPED. Anais do evento. Caxambu: ANPED. 2000. Disponível em <<http://www.anped.org.br/reunioes/23/textos/0217t.pdf>>. Acesso em: 04 dez. 2018.

SILVA, L. Contribuições Feministas para o pensamento político brasileiro: As sufragistas nos anos 1920. Disponível em <<http://www.semecip.ufscar.br/wp-content/uploads/2014/12/Contribui%C3%A7%C3%B5es-feministas-para-o-pensamento-pol%C3%ADtico-brasileiro-as-sufragistas-nos-anos-1920.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2018.

SOUZA, M.; AMORIM, D. *A participação feminina na política amazonense: o que mudou para as mulheres?* Manaus, Centro Universitário do Norte; Uninorte, 2014.

SOUZA, R. *Identidade nacional e modernidade brasileira*. Diálogo entre Sílvio Romero. Euclides da Cunha, Câmara Cascudo e Gilberto Freyre. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

VARES, S. A dominação na República Velha: uma análise sobre os fundamentos políticos do sistema oligárquico e os impactos da Revolução de 1930. *Revista História: Debates e Tendências*, Passo Fundo, v.11, n. 1. 2011 (Publicado no 1º semestre de 2012).